

-----**ATA N.º 26/2014**-----

-----Aos 3 dias do mês de dezembro de 2014, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19/11/2014**-----

-----Foi presente a ata n.º 25, da reunião ordinária do Executivo de 19/11/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura, e não havendo alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público. -----

-----O Senhor Jean Claude pretendeu saber a razão por que tinha sido indeferido o requerimento que endereçou a esta autarquia, a solicitar o aluguer do Mercado Municipal, para efetuar uma festa no dia 20/12/2004.---

-----O Senhor **Presidente da Câmara** informou que é intenção do Executivo preservar aquele espaço, uma vez que houve um investimento considerável por parte da autarquia. Deu conhecimento de que está a ser elaborado um regulamento para definir o uso daquele espaço.-----

-----O Senhor Jean Claude disse que, uma vez que o Mercado Municipal já tinha sido cedido de outras vezes, para outros fins e o atual regulamento ainda está em vigor, já tinha assinado o contrato com o grupo musical que vinha atuar e pagou uma caução de 50%.-----

-----Disse ainda, que a festa irá trazer pessoas a Celorico da Beira e pensa que vai de encontro ao pretendido pela autarquia, no âmbito da promoção do comércio.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** face ao exposto pelo munícipe e atendendo que já houve um investimento inicial, irá colocar novamente o pedido para análise do Executivo. No entanto, alerta para que, caso o espaço seja cedido terão que ser cumpridos alguns formalismos, nomeadamente a contratualização de um seguro que cubra eventuais danos provenientes da realização do evento, bem como um relatório com o levantamento do estado do espaço.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que existem duas vertentes na análise deste assunto.-----

-----O empresário contraiu um compromisso sem ter assegurado a autorização da cedência do espaço. É um risco que decidiu assumir.-----

-----A outra vertente, passa pelas expectativas criadas, dado que, tal como referiu o munícipe já não é a primeira vez que aquele espaço é

cedido para outros fins. Frisou que o regulamento está a ser atualizado, mas, ainda não está em vigor e à luz do regulamento anterior já foi cedido. -

-----Referiu que podem ter sido criadas expetativas no munícipe. Assim sendo, propõe que o requerimento seja reapreciado, salvaguardando o que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, bem como seja prestada uma caução, para eventuais danos que a apólice de seguro não cubra.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** relativamente ao assunto disse que a Câmara Municipal tinha feito um investimento significativo naquele espaço e é da sua responsabilidade a manutenção e conservação do mesmo. Referiu que aquele espaço tem uma função primária que é a de Mercado Municipal.-----

-----É da opinião de que toda a dinâmica que o comércio local quiser criar é bem-vinda.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** é da opinião que o requerimento volte a ser apreciado na próxima reunião de Câmara e sejam estipulados critérios de cedência do espaço, mais concretamente a prestação de uma caução, a contratação de um seguro e a assinatura de um termo de responsabilidade. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento do ponto da situação das candidaturas do Município.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que as perguntas que colocam ao Executivo não podem ser controladas e se de facto não houver qualquer problema, quem está à frente da autarquia nada tem a temer. -----

-----Continuou dizendo que, o que é preocupante é não abrirem concursos públicos, de forma a possibilitar a análise de diversas propostas. Disse que a contratação pública exige que se cumpram determinados formalismos: apresentação de certidão de não dívida às finanças, por exemplo, e é do conhecimento público que o Senhor José Pacheco não reúne essas condições. -----

-----De seguida, requereu, para além das ordens de pagamento, os documentos que comprovem se estes requisitos foram cumpridos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o Senhor Presidente da Câmara tem legitimidade para decidir estas situações, sem ser necessário abrir qualquer concurso público. Lamenta que o Senhor Vereador pense que este Município trabalha sem acautelar os princípios básicos de gestão pública. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que, apesar de o Senhor Presidente ter poderes para tomar estas decisões, por uma questão de igualdade e de ética a autarquia devia convidar outras empresas a apresentar propostas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este Município sempre pautou a sua atuação por princípios éticos e de transparência e efetivamente, quando são assuntos que atendendo à sua urgência e aos valores envolvidos podem ser decididos pelo Presidente da Câmara é esse o procedimento adotado. Disse que, uma vez que este procedimento não é consensual, no futuro, irá adotar o fornecimento contínuo, que irá deixar de fora os comerciantes locais, porque dificilmente terão capacidades para apresentar preços concorrenciais. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** discorda que seja aplicado este método, considera que a autarquia deve dar prioridade às empresas do concelho.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** reiterou que o seu papel enquanto oposição é fiscalizar a ação do Executivo e não deixa de criticar a gestão da autarquia quando assim o entender. Não consegue, por exemplo, ver onde está a urgência da contratação de som para a Feira do Queijo, quando é um evento que ocorre todos os anos, na mesma altura, com hipótese de ser planeado atempadamente.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** solicitou que o Senhor Vereador Victor Santos indique quais são as outras empresas do concelho, que prestam este tipo de serviços. Lamenta que o Senhor Vereador não reconheça o empenho deste Executivo na revitalização do comércio local, onde adquire quase todos os bens e incentiva à aquisição, através de programas de estímulo e promoção da economia local.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** respondeu que, saber quais são as empresas que existem neste concelho e que prestam este tipo de serviços, é uma obrigação da Câmara Municipal. Não compete aos Vereadores da Oposição.-----

ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO

ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO JUNTO AO MONUMENTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA NA LOCALIDADE DE RATOEIRA

-----Foi presente informação com registo interno n.º 3312, de 19/11/2014, dando conhecimento que havendo necessidade de organizar os sentidos de trânsito junto ao Monumento Nossa Sr.^a de Fátima, na localidade de Ratoeira, submete para aprovação a seguinte sinalização: um sinal B2 – STOP, um sinal C1 – Sentido proibido e um sinal D3a+O7a – Obrigação de contornar a placa ou obstáculos. -----

-----Mais informa que caso a sinalização seja aprovada deverá a autarquia proceder à aquisição de um sinal B2-STOP, pelo preço de 33,56€.

-----**Nos termos descritos na informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a sinalização constante da mesma, bem como adquirir o sinal B2 – STOP, pelo valor de 33,56€.**----

-----**1.1 ASSUNTO: TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2015** - -----

-----Foi presente informação técnica com registo interno n.º 3278, de 17/11/2014, submetendo, para conhecimento, a atualização da Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, mediante a aplicação do índice de inflação referente ao ano anterior, que para o ano de 2015 será de 0,0€, mantendo-se, assim, os mesmos valores do ano anterior. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO ESPAÇO DO CIDADÃO** -----

-----Foi presente informação interna n.º 3287, de 18/11/2014, remetendo para análise a minuta do Protocolo “Espaço do Cidadão”, a estabelecer entre o Município de Celorico da Beira e a Agência para a Modernização Administrativa. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez a apresentação do protocolo e informou que na última reunião da CIM foram assinados vários protocolos de adesão ao “Espaço Cidadão”.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** questionou se a opção que consta do protocolo, de dois espaços um em Celorico e outro em Casas de Soeiro, são para avançar. Tendo o Senhor Presidente esclarecido que se trata de um mero exemplo.-----

-----Disse que, receia que, a criação destes espaços seja para, extinguir serviços e postos de trabalho no Concelho, porque “ninguém dá nada a ninguém”.-----

-----É da opinião de que as “Lojas de Cidadão” funcionam bem nas grandes áreas urbanas, onde os serviços existentes não conseguem dar resposta a todas as solicitações. No concelho de Celorico da Beira essa necessidade não existe.-----

-----Referiu que a Administração Central, neste protocolo, compromete-se com muito pouco, contrariamente, a autarquia fica com uma responsabilidade acrescida. Tem muitas reservas relativamente a este protocolo e como tal irá votar contra.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** disse que, partilha da opinião do Senhor Vereador Manuel Portugal, a constituição deste tipo de serviços, não faz sentido nestes locais, porque os serviços estão concentrados, mas sim, em locais onde estão dispersos e existem aglomerados populacionais significativos. Entende que não tem qualquer funcionalidade e o fim será encerrar serviços e despedir trabalhadores. A adesão a este protocolo será uma porta a aberta para que no futuro encerrarem todos os serviços, inclusive a Câmara Municipal, transformando-se numa mera “Loja do Cidadão”.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que subscrevia tudo o que tinha sido dito pelos Senhores Vereadores. Disse que poderia haver outra leitura do protocolo, mas que não será suficiente para contrariar o que já foi dito. De facto, existem alguns serviços que poderão ser prestados nestes espaços, não obrigando as pessoas a deslocarem-se, mas pensa que os riscos que foram apontados têm maior peso, pelo que irá votar contra. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que, da análise do documento conclui-se, que, existem muitos constrangimentos para a Câmara Municipal, nomeadamente, a disponibilização de um espaço físico, funcionários e pagamento de despesas correntes. Quanto às receitas há uma parte considerável que vai para a tutela.-----

-----Informou que a autarquia oficiou a AMA, auscultando a hipótese de serem contemplados com uma Unidade Móvel do Espaço Cidadão, que percorresse as freguesias, mas não tiveram qualquer resposta, o que leva a crer que essa não é a intenção, mas sim a criação destes espaços. -----

-----Disse que a política de alguns municípios foi colocar um “Espaço do Cidadão” em freguesias distantes da sede do Concelho. Disse que poderia ser uma opção para Celorico da Beira, funcionado como uma experiência piloto. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a ideia do Senhor Presidente era interessante, contudo as freguesias do concelho não têm população suficiente, que justifique um serviço desta natureza. Considera que para as populações seria mais benéfico a Unidade Móvel. Nessa perspetiva, é da opinião de que deveriam oficializar a AMA no sentido de que rejeitam este protocolo, mas reiteram a disponibilidade para integrarem uma Unidade Móvel, para o Concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este processo é idêntico a outro que se chamou “extinção de freguesias”. -----

-----Na sua opinião, a tutela continua a não distinguir grandes e pequenos aglomerados. Este protocolo não vai ao encontro da realidade das regiões e não tem qualquer funcionalidade, não passa de uma “armadilha doce”, que tem como objetivo encerrar serviços, com a colaboração das autarquias. ----

-----Celorico da Beira tem resposta para todos os serviços que são propostos. Considera a hipótese apresentada pelo Senhor Presidente de se fazer uma experiência piloto numa freguesia, interessante, podendo optar-se pela Lajeosa do Mondego. -----

-----O **Executivo de Celorico da Beira** considera que, a existência de “Espaços de Cidadãos”, no Concelho de Celorico da Beira, não têm qualquer funcionalidade, uma vez que os serviços existentes dão resposta às necessidades da população.-----

-----Em alternativa, reiteram a intenção de o Município ser contemplado com uma Unidade Móvel “Espaço do Cidadão”.-----

-----**Tendo em consideração os pressupostos apresentados, a Câmara deliberou, por unanimidade, não celebrar o protocolo “Espaço do Cidadão”, com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. -**

-----**2.1 ASSUNTO: ESTÁGIO PARA ORDEM DOS NUTRICIONISTAS --**

-----Foi presente informação interna com registo n.º 3286, de 18/11/2014, dando conhecimento que foi solicitado por Andreia Filipa Martins Rebelo, a realização de um estágio profissional para a Ordem dos Nutricionistas. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização do estágio profissional solicitado, para a Ordem dos Nutricionistas.**-----

-----**3. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL IRS 2016**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3351, de 21/11/2014, dando conhecimento que nos termos do n.º 2, do art.º 26.º, da Lei 73/2013, de 13/9, a definição da percentagem a obter pelo Município de IRS, obriga a uma deliberação da Assembleia Municipal, devendo posteriormente essa deliberação ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro. ---

-----Mais informa que ao contrário do que se verificava na anterior lei das finanças locais, atualmente a ausência de comunicação equivale à falta de deliberação, o que confere perda do direito à participação variável do IRS.--

-----Nesta sequência e tendo em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, bem como o plano de reequilíbrio financeiro, deverá o Executivo deliberar a percentagem máxima de 5% prevista na lei para vigorar em 2015, cujos montantes serão recebidos em 2016 e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, fixar em 5% a percentagem a obter pelo Município de IRS para 2015.**-----

-----**Mais deliberou remeter esta proposta à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----**3.1 ASSUNTO: FUNDO DE MANEIO - FEIRA PORTUGAL AGRO 2014 -RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3300, de 19/11/2014, dando conhecimento da necessidade da realização de algumas despesas urgentes e inadiáveis, com o evento “Portugal Agro”, onde irá participar o Município. Sugere que o Executivo delibere a criação de um fundo de maneo no valor de 800€, nos termos do 2.3.4.3 do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22/2, bem como do art.º 12.º do Regulamento de Controlo Interno da Câmara Municipal. -----

-----Mais informa que a afetação orçamental do fundo segundo a sua natureza irá para a rubrica “020220 – Outros Trabalhos Especializados, com

GOP n.º 2009/5101 – Eventos e Exposições de Produtos Regionais” e terá como responsável pela sua movimentação o Vice-Presidente José Luís Saúde Cabral.-----

-----Nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, foi presente para ratificação o despacho do Senhor Presidente da Câmara.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que deferiu com caráter de urgência a criação de um fundo de maneo no valor de 800€, para pagamento de eventuais despesas com a realização do evento “Portugal Agro”.**-----

-----**3.2 ASSUNTO: 7.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2014**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3428, de 28/11/2014, da Secção de Contabilidade, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, dando conhecimento de que a 7.ª alteração ao Orçamento e GOP's de 2014, tem como objetivo essencial realizar diversos ajustes, por se tratar da última alteração ao orçamento. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que os reforços na água e saneamento são preocupantes, é da opinião de que a autarquia tem de implementar regras e tomar decisões relativamente a esta questão, caso contrário o Executivo terá, a curto prazo, um problema grave para resolver.-

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que esses reforços são para pagar dívida. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** propôs que para propiciar uma leitura mais simples, o saneamento deveria ter uma conta própria ao invés de estar registado em “ Outros Trabalhos”.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, aprovar a 7.ª alteração ao orçamento e GOP's de 2014.-----

-----**3.3 ASSUNTO: COMPROMISSOS PLURIANUAIS 2014**-----

-----Foi presente informação técnica n.º 3431, de 28/11/2014, remetendo para conhecimento do Executivo, os compromissos plurianuais que foram assumidos em 2014, pelo Município e que se encontram atualmente em vigor. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

-----**3.4 ASSUNTO: RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO - 1.º SEMESTRE 2014**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, com registo interno n.º 3429, datada de 28/11/2014, remetendo para conhecimento o Relatório do Auditor Externo, sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2014, acompanhado das demonstrações financeiras semestrais, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter o mesmo à Assembleia Municipal para conhecimento, conforme o disposto na alínea d), do n.º 2, do art.º 77.º, da Lei das Finanças Locais.-----

-----**4. PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2015**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor:-----

-----“À semelhança dos anos anteriores e dada a conjuntura económica atual, tendo em conta que o comércio local, passa por uma grande recessão, é propósito contribuir para alguma melhoria da situação económica dos comerciantes, pelo que, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, proponho que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2015, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----

-----Submeto esta proposta à aprovação da Câmara Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Câmara, nos termos da lei, deliberou por unanimidade, aplicar apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2014, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----**

-----**Mais foi deliberado submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----**

-----**5. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: PLANO ANUAL DAS FEIRAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação dos Serviços Administrativos com registo n.º 3341, de 21/11/2014, a submeter o Plano Anual de Feiras para o ano de 2015, para aprovação.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Anual de Feiras do Concelho de Celorico da Beira, para o ano de 2015. -----**

-----**5.1 ASSUNTO: PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDO POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----**REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DO DIA 29/10/2014**-----

-----**ALTERAÇÕES DOS ARTIGOS 36.º E 38.º**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3437, de 28/11/2014, dando conhecimento que, relativamente ao assunto em título, foi deliberado em reunião de Câmara do dia 29/10/2014, depois da apreciação e discussão pública, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o projeto de regulamento municipal supra identificado. -----

-----No entanto, foram identificadas algumas incongruências no projeto, designadamente a redação dada aos artigos 36.º e 38.º -----

-----Face ao exposto é proposto a revogação da deliberação de Câmara do dia 29/11/2014 e consequentemente a alteração dos mencionados artigos, nos termos propostos: -----

-----**Artigo 36.º**-----

-----**Locais e horários de venda** -----

-----1. Na área do Município de Celorico da Beira, é permitida a venda ambulante, nos seguintes locais: -----

-----a) Na sede do concelho é permitida a venda ambulante na zona envolvente ao Mercado Municipal. -----

-----b) Nas povoações rurais, nos locais junto ao adro da igreja ou largo subjacente. -----

-----**Artigo 38.º**-----

-----**Zonas de Proteção** -----

-----1. Não é permitida a venda ambulante:-----

-----a) Nos portais, átrios, vãos de entrada de edifícios, quintais e outros lugares com acesso à via pública;-----

-----b) Em locais situados a menos de 50 metros dos Paços do Concelho, do Palácio da Justiça, Centro de Saúde, dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico e Secundário, Museus, Castelos, Imóveis de Interesse Público e Igrejas;-----

-----c) A menos de 50 metros dos estabelecimentos comerciais que exerçam a mesma atividade. -----

-----Nesta sequência, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9 e em cumprimento do artigo 118.º do CPA, deverão as alterações dos referidos artigos serem submetidos a apreciação pública. ----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação do dia 29/10/2014, com o seguinte redação: “Nos termos da lei, a Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento Municipal da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentário Exercido por Feirantes Ambulantes do Concelho de Celorico da Beira”.** -----

-----**Mais deliberou, nos termos da alínea k), n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9 e em cumprimento do artigo 118.º do CPA, submeter, a nova redação dos artigos 36.º e 38.º do Projeto de Regulamento identificado em título, a discussão pública.**-----

-----**5.2 ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente informação interna n.º 3433, de 28/11/2014, remetendo para análise a Proposta de Alteração ao Regulamento do Mercado Municipal de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** apresentou uma proposta de redação para os artigos 4.º e 5.º do regulamento, que foi distribuída pelos presentes.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da Ordem de Trabalhos, de forma a ser analisada a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----**6. PATRIMÓNIO**-----

-----**ASSUNTO: PARTICIPAÇÃO DE ACIDENTE - TAMPA DE SANEAMENTO**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3314, de 19/11/2014, dando conhecimento de um acidente, com o veículo automóvel, causado por uma tampa de saneamento na Rua Amália Rodrigues. -----

-----Mais informa que o seguro de responsabilidade civil deste município exclui este sinistro de acordo com as condições particulares do contrato de seguro da autarquia. -----

-----Nesta sequência, a Câmara tem a responsabilidade de manter a via pública em bom estado de circulação propondo o pagamento ao sinistrado dos danos causados no veículo, nos termos do orçamento apresentado. ----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, pagar ao sinistrado o valor de 953,64€, conforme orçamento apresentado.**-----

-----**7. SECÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, SAÚDE E FAMÍLIA**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação interna n.º 3436, de 28/11/2014, remetendo para ratificação o protocolo de colaboração entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, relativo ao transporte de alunos do desporto escolar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o protocolo de colaboração, celebrado entre, o Município de Celorico da Beira e o**

Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, relativo ao transporte de alunos do desporto escolar. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei.-----

